

# RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca Lígia de Araújo<sup>1</sup>

Ana Beatriz Souza Ribeiro<sup>2</sup>

Raila Costa de Oliveira<sup>3</sup>

Francisca Karenina Rodrigues Tavares<sup>4</sup>

## RESUMO

O artigo retrata as relações étnico raciais no contexto escolar dos anos iniciais no Ensino Fundamental e traz uma discussão que tenta viabilizar a desconstrução do racismo no ambiente escolar e nas relações sociais dos sujeitos. O racismo está enraizado nas estruturas da sociedade brasileira e está presente em todos os lugares, inclusive na escola. Desse modo, os estudantes dos anos iniciais podem reproduzir o racismo de modo explícito ou implícito, portanto, entende-se que essas relações devem ser trabalhadas dentro da sala de aula por meio de ações pedagógicas significativas para os sujeitos, incluindo-se também a comunidade familiar. Quanto aos aspectos metodológicos, escolhemos a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa por se adequar melhor ao objeto de estudo, subsidiados em referenciais como: SILVA (1990), TRINDADE (1994), MORIM (2003), GOMES (2005), ALMEIDA (2018) e RIBEIRO (2019). Levantamos questões pertinentes para também compreender como e porque o racismo continua tão presente nas escolas e assim perceber quais são os desafios de se trabalhar essa temática dentro das salas de aula dos anos iniciais. As crianças chegam à escola já com uma formação familiar carregada de crenças, valores, vivências e experiências, aspectos que devem ser considerados no momento da mediação pedagógica na relação com o outro em contextos escolares. Dessa forma, se faz necessário que professores e professoras em seu processo formativo possam aprender saberes teóricos/práticos que os permitam identificar situações de conflitos, violência e agressividade física no cotidiano escolar, propiciando uma educação de acolhimento e respeito as diferenças e assim possam solucionar desafios relacionados e viabilizar possíveis soluções no cotidiano escolar sobre a temática abordada.

**Palavras-chave:** Relações étnico raciais, Racismo, Escola, Desafios, Possibilidades.

## INTRODUÇÃO

O racismo está enraizado nas estruturas da sociedade brasileira. A partir dessa afirmação podemos entender que o racismo está presente em todas as instituições sociais, sendo uma delas e talvez a mais prejudicial e dolosa, a escola. De acordo com Almeida (2018, p. 36), as

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do estado do Rio Grande do Norte - UERN, [franciscaligiade@alu.uern.br](mailto:franciscaligiade@alu.uern.br)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do estado do Rio Grande do Norte - UERN, [beatrizribeiro@alu.uern.br](mailto:beatrizribeiro@alu.uern.br)

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do estado do Rio Grande do Norte - UERN, [railacosta@alu.uern.br](mailto:railacosta@alu.uern.br)

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela – CECAP, Especialista em psicopedagogia clínica e institucional - Maurício de Nassau, [kareninarodrigues@uern.br](mailto:kareninarodrigues@uern.br)

instituições são condicionadas por estruturas sociais pré-existentes, portanto, são a reificação de padrões de socialização que têm o racismo como parte integrante delas. “As instituições são racistas porque a sociedade é racista.” Para tanto, este estudo parte da afirmação da existência do racismo no cotidiano escolar, já que não duvidamos que as estruturas da sociedade que resultam no racismo estrutural estão presentes na escola.

No livro *Um pequeno manual antirracista* de Djamila Ribeiro, ela relata e faz uma reflexão sobre as nuances do racismo no seu cotidiano escolar, no qual podemos notar o racismo estrutural que está enraizado na nossa sociedade.

Desde cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então. No convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente – o que quer dizer não branca- passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Como diz a pesquisadora Joice Berth: “Não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu. Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais – que é um lugar de privilégio – acabam acreditando que esse é o único mundo possível (Ribeiro, 2019, s/n).

Portanto, para perceber o racismo é preciso identificá-lo na linguagem, nas ações, nos gestos, no modo de construção do currículo de resultados que deixa a parte o contexto social, político e econômicos dos estudantes. Este trabalho surgiu por meio das discussões na disciplina de Educação para as Relações Étnico-raciais, cujo objetivo foi discutir acerca da construção política, os dilemas e os avanços na promoção da equidade racial na educação, e na qual foi possível perceber a necessidade do exercício de reflexão sobre os aspectos que compreendem uma educação antirracista no ambiente escolar, e incorporar no currículo práticas pedagógicas inclusivas que devem estar presentes na cultura da escola, como forma de iniciar o processo de desconstrução do racismo.

Essa é uma discussão emergente que deve estar presente na educação das crianças, fazendo com que compreendam a importância da diversidade, do respeito as diferenças e desincorporar principalmente o racismo como uma raiz da nossa sociedade. É com esse objetivo que a escola deve incorporar no seu currículo a valorização da cultura afro-brasileira, a promoção da igualdade racial e desconstrução de preconceitos e estereótipos.

A partir da posição da escola, torna-se papel de educadoras e educadores criar um ambiente acolhedor para todas as crianças, construindo com os estudantes o conhecimento necessário para a valorização da própria cultura. Para isso, é importante reconhecer a necessidade de vários aspectos relevantes para essa desconstrução, tais como trabalhar a identidade de estudantes e professores, tornar o currículo escolar inclusivo e antirracista, tratar da formação de professores para uma educação antirracista, reconhecer situações de violência racial dentro de sala de aula, e trabalhar de modo pedagógico e interdisciplinar a história do povo preto e a história do Brasil para além do colonialismo, tornando o currículo menos eurocêntrico.

Sendo assim, este estudo é relevante para contribuir para o reconhecimento da importância de ações pedagógicas antirracistas como uma prática educativa inclusiva, atentar para a importância de formar professores conscientes no processo de desconstrução do racismo nas escolas e da identidade, bem como discutir essas relações no contexto escola da educação básica. Nessa perspectiva, o objetivo geral desse trabalho é contribuir para as reflexões acerca dos desafios e das possibilidades nas práticas educativas que viabilizam a desconstrução do racismo nos anos iniciais do ensino fundamental.

De modo específico, buscamos refletir acerca das relações étnico raciais no contexto escolar; discutir sobre a lei n.º 10.639/2003 e o papel da escola como corresponsável por uma educação antirracista; compreender que aspectos do processo formativo de professores e professoras são relevantes para saberes e fazeres em práticas antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental.

Com esses objetivos, partimos da compreensão do currículo escolar como um meio pelo qual podemos (re)conhecer a cultura da escola e perceber que tipo de formação está sendo privilegiada nas escolas. Para isso, nos aproximamos das teorias pós-críticas do currículo que tem como foco o sujeito em sua complexidade, isto é, nos afastamos das teorias tecnicistas cujo objetivo é formar um sujeito conformista, para refletir sobre as nuances que envolvem a realidade social dos indivíduos.

Portanto, isso implica compreender aspectos raciais e culturais como raça, gênero e classe social e todos os elementos inerentes à diferença. Dessa forma, concordamos com Silva (2010) quando discute sobre o currículo passar a considerar a ideia de que não existe um conhecimento único e verdadeiro, mas sim uma questão de perspectiva histórica, ou seja, que foi transformado em diferentes tempos e lugares.

Nesse viés, quando pensamos no contexto escolar, admitimos um ambiente plural e de realidades diversas que circula nela, as influências de uma sociedade de características

eurocêntricas, escravocrata e repleta de estigmas relacionadas a classe social e a culturas “divergentes” daquela que é considerada como central e homogênea.

Para pensar as relações sociais entre os sujeitos no âmbito escolar é necessário um olhar atento a diversos fatores que englobam as ações desses indivíduos, por isso afirmamos que a cultura da escola, está atravessada pela cultura social e condicionada por estruturas sociais pré-existentes. Nesse sentido, é preciso discutir alguns conceitos que servirão para podermos compreender como estes orientam determinadas práticas sociais. Entretanto, é importante entender que saber esses conceitos não são suficientes para compreender em sua completude como desconstruir o racismo nas escolas, mas são de suma importância para que se inicie a reflexão.

Nessa perspectiva, de acordo com Morim (2003, p. 51)

Explicar não basta para compreender. Explicar é utilizar todos os meios objetivos de conhecimento, que são, porém, insuficientes para compreender o ser subjetivo. A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sofrimentos e suas alegrias. Permitimos reconhecer no outro os mecanismos egocêntricos de autojustificação, que estão em nós, bem como as retroações positivas (no sentido cibernético do termo) que fazem degenerar em conflitos inexplicáveis as menores querelas, É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão.

Com esse intuito, definiremos conforme Gomes (2005) os conceitos de identidade, preconceito e discriminação.

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana.” (GOMES, 2005, p. 54)

Portanto, a identidade não é natural, não pertence ao sujeito como algo biológico do seu nascimento. Ela se constrói na relação com o outro por meio das experiências inseridas em um contexto histórico, social, político e cultural. Contudo, a escola na forma como foi constituída despreza a identidade subjetiva dos sujeitos, para privilegiar o modo eurocêntrico dos colonizadores. Com isso, as diferenças são vistas pelos sujeitos como algo a ser ridicularizado e rejeitado por não pertencer ao que é considerado hegemônico, gerando assim, o preconceito. Este é definido pela autora como

[...]um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial e pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como

característica principal a inflexibilidade, pois, tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (GOMES, 2005, p. 54)

Assim como ocorre com a identidade, o preconceito não é natural. É aprendido socialmente. Uma criança não nasce preconceituosa, é a partir da convivência com os adultos que estes são aprendidos. Nesse sentido, conforme a autora, as atitudes raciais negativas também se fortalecem quando as crianças vivem num mundo onde enfrentam constantemente o tratamento negativo de negros, indianos, mulheres, gays, idosos e pessoas de baixos rendimentos. (Gomes, 2005)

Com isso definido, seguimos para o conceito de discriminar que significa distinguir, discernir, diferenciar. “Dessa forma, a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2005, p. 55). Sendo assim, a discriminação é a adoção de práticas que efetivam o racismo e o preconceito. O que ocorre no ambiente escolar, portanto, é a discriminação como ação derivada destes.

É importante lembrar que não é somente na escola que se aprende o racismo, experiências e aprendizados são levados e efetuados dentro da escola, muitas vezes incentivado e disseminado pelo contato com as mídias como a televisão e principalmente a internet com a qual os jovens e crianças tem mais proximidade, que são fonte de veiculação do racismo. Portanto, a escola é a única responsável pela perpetuação do racismo e da desconstrução dele, mas pode se apresentar como uma possibilidade de melhoria das condições de vida e de desconstrução de estigmas, preconceitos e do próprio racismo.

Para tanto, a discussão acerca do currículo escolar se torna relevante para tecer uma discussão sobre seu papel para a cultura da escola, nesse viés concordamos com Onofre (2008, 106) ao afirmar que

as práticas curriculares reproduzem o saber de um grupo dominante que manipula o conhecimento e os saberes com base na afirmação de uma hegemonia racional que coloca em desvantagem as minorias desprivilegiadas dos bens culturais. Infelizmente, essa prática é concretizada em muitas escolas que não aceitam a flexibilidade do currículo como caminho para acolher os diversos saberes produzidos pelos sujeitos aprendentes.

A instituição escolar faz parte do tecido social e, porque faz parte do tecido social como parte integrante deste contexto, tem uma dimensão política que se reflete na sala de aula. Esta postura deve proporcionar às escolas uma análise crítica dos instrumentos de poder que estão muitas vezes subjacentes à formação curricular. Essas ferramentas

impossibilitam a formação de um currículo pluralista baseado na diversidade e na diferença, ou seja, uma cultura de erudição, oferecida a poucos, prescrevendo regras e potencializando o que chamamos de “currículos impostos”, organizados e elaborados por especialistas, em gabinetes fechados. (Onofre, 2008)

Na tentativa de implementar um currículo que possibilite o estudo da formação da sociedade brasileira, a lei n.º 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Nela, inclui-se como conteúdo pragmático o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003)

Assim, esta é um aparato legal para que aponta para a necessidade de discutir e reconhecer a história do povo negro, o papel imprescindível que ela desempenha e valores civilizatórios que os negros trazem na cultura, na dança, na literatura, na poesia, na música, na cultura e na política. (Onofre, 2008) Contudo, os conteúdos que se referem a formação histórica, cultural, política e econômica do Brasil são pouco discutidos nas salas de aula da educação básica na totalidade. O que se nota é a redução dessa temática apenas no mês de novembro como um evento anual no qual é comemorado o mês da consciência negra.

De acordo com Silva (2004) o currículo escolar é lugar, espaço, território, relação de poder, trajetória e percurso. É por meio do currículo que se forja a identidade, é texto, discurso e documento. Entretanto, o currículo escolar da atualidade, ou seja, o currículo de resultados, deixa à margem todas essas especificidades que a escola deve considerar, já que não permite de modo livre a formação de identidade dos sujeitos a partir da sua diversidade.

Nesse sistema de ensino, muitas vezes professores ficam à mercê apenas de executar um currículo de omissão, estereótipos, hierarquização das diferenças e inferiorização de saberes extraescolar. Conforme Trindade (1994, p. 68)

[...] isto não significa que o professor queira ser racista; muito pelo contrário. Muitos não têm consciência do caráter racista de sua prática profissional e nenhum admite tal coisa. Ao contrário, acreditam nos conteúdos a serem ministrados. Na realidade, há urna ausência de reflexão crítica sobre a própria prática, uma acomodação e até alienação misturada e ingenuidade. Na hora de planejar, os professores sequer percebem a questão de que o planejamento não leva em consideração quem é o aluno para o qual ele está voltado, que os acontecimentos não são estáticos, que diversos povos podem ter dado outros encaminhamentos para as questões tratadas .... Ele, o planejamento, tem sido etnocêntrico e, conseqüentemente, racista.

Dessa forma, se faz necessário que professores e professoras em seu processo formativo possam aprender saberes teóricos/práticos que os permitam identificar situações de conflitos, violência e agressividade física no cotidiano escolar, propiciando uma educação de acolhimento e respeito as diferenças e assim possam solucionar desafios relacionados e viabilizar possíveis soluções no cotidiano escolar sobre a temática abordada. Assim, cada educador, independentemente da sua origem étnica, tem a responsabilidade de fazer o esforço necessário para conter atitudes racistas nas escolas, criar à apresentação de vozes diversas e leituras ambíguas relacionadas a cultura, identificar erros históricos que colocam os negros em uma posição subordinada e enfatizar a diversidade do povo brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo bibliográfico, foi privilegiada a abordagem de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo em vista seu aspecto social, já que esta trabalha com um universo de significados que não podem ser quantificados. De acordo com Minayo (2009, p. 21) esta abordagem trabalha um conjunto de fenômenos humanos compreendidos “como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações numa realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.”

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, o estudo exploratório contribuiu para proporcionar familiaridade com o problema de pesquisa, com vistas a torná-lo mais explícito. Para tanto, realizamos o levantamento de referências teóricas publicadas por meio de livros, escritos eletrônicos como artigos científicos em busca de recolher informações que pudessem contribuir com o problema ao qual buscou-se resposta nesta pesquisa. Para Gil (2002, p. 44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.”

Nesse sentido, buscamos compreender, inicialmente, como o racismo permanece enraizado na sociedade e de que forma este se reproduz na escola, para então discutir acerca dessas relações no cotidiano escolar e no ensino de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. A partir dessas discussões iniciais buscamos entender qual o papel da lei 10.639/2003 para a desconstrução do racismo na escola, bem como para uma educação antirracista. Pautamos essas discussões a partir da compreensão do currículo escolar, pois compreendemos que é a partir dele que as práticas e ações pedagógicas são implementadas na escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca do objetivo abordado nesse trabalho, buscamos compreender quais desafios são impostos e implícitos no cotidiano escolar, bem como estabelecer quais possibilidades são possíveis mesmo diante desses desafios. A intervenção da comunidade escolar a partir de mudanças no currículo, a tomada de decisão de professoras e professores são processos importantes para criar as condições necessárias para uma educação antirracista visando a desconstrução do racismo na nossa sociedade.

A educação a uma zona de paradigmas que foram constituídos nas bases de uma sociedade eurocêntrica. É, portanto, uma educação que deseja promover resultados, nutrindo uma negação de uma reflexão sobre o fazer plural. Esse paradigma, conforme Morim (2002, p. 26

o “grande paradigma do Ocidente”, formulado por Descartes e imposto pelo desdobramento da história européia a partir do século XVII. O paradigma cartesiano separa o sujeito do objeto, cada qual na esfera própria: a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Esta dissociação atravessa o universo de um extremo ao outro: sujeito/objeto, alma/corpo, espírito/matéria, qualidade/quantidade.

Dessa forma, o primeiro desafio é perceber o ambiente escolar como um espaço plural e de diversidade, minimizando o caráter técnico de um currículo que coloca todos partindo de um mesmo ponto sem considerar o contexto sociocultural que vivemos. Assim, compreender o currículo de forma plural é também compreender os agentes da escola em sua diversidade, abrangendo as diversas culturas de um povo que em sua gênese e a mistura de diferentes raças. Mais um desafio aqui elencado é a implementação de ações que possibilitem a incorporação significativa da lei 10.639/2003 no currículo escolar para além de datas comemorativas como o dia da consciência negra.

Nesse sentido, repensar o currículo para promover uma educação antirracista implica em reconhecer a implementação dessa lei maneira efetiva, desde o planejamento escolar até a avaliação em um processo circular. A partir da reinvenção do currículo somos convocados a repensar o que ensinamos e o modo como ensinamos e o que aprendemos, ou seja, rever as práticas pedagógicas, as metodologias de ensino e os conteúdos.

Sendo assim, acreditamos que o compromisso com uma educação antirracista passa pela formação inicial e continuada de professores nas mais diversas licenciaturas em todas as áreas de conhecimento. Pensando assim, elencamos algumas possibilidades de ações pedagógicas no ensino fundamental que podem ser um guia para desencadear outras possibilidades, tais como

a incorporação de literatura africana e afro-brasileira nas aulas de maneira interdisciplinar. Utilizar as rodas de leitura e de conversa que possam se tornar um espaço de reconhecimento e construção da identidade dos estudantes. Personificação e representatividade negra, quilombola, indígena que permitam ampliar o olhar das crianças para o reconhecimento da sua própria cultura, assim como conhecer a história de outras culturas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a discussão realizada nesse trabalho é possível concluir que a reflexão acerca das relações étnico raciais no contexto escolar apontamos para diversos aspectos da cultura escolar, especialmente a manutenção do currículo, que contribuem para a manutenção do racismo e dos estereótipos que circulam e se materializam nesse ambiente, contudo, é também nesse mesmo ambiente que se pode desconstruir o racismo, já que a escola é também uma auxiliadora na reelaboração de uma mentalidade mais plural, visando ao respeito e à dignidade da pessoa humana, independentemente da cor de sua pele.

O compromisso com uma educação antirracista e inclusiva, no sentido do respeito e acolhimento ao outro, com suas diferenças e limitações, passa pela responsabilidade que cada ator social, seja ele educador, aluno ou gestor, deve ter com a eliminação das atitudes discriminatórias existentes nas relações interpessoais dentro da escola. Discutir sobre essas relações e o papel da escola e dos professores e professoras possibilita uma abertura para pensar coletivamente em ações que contribuem para a desconstrução do racismo no ambiente escolar.

As estratégias educacionais que visam combater o racismo numa sociedade multicultural irão auxiliar na desconstrução da ideologia do branqueamento, na qual o estudante afro-brasileiro é tido como não pertencente ao movimento sociocultural da sociedade brasileira. Começar esse processo com as crianças, especialmente nos anos iniciais, é de suma importância pois é preciso ter como alvo a perpetuação de atitudes antirracistas fora dos muros da escola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte - Mg: Letramento, 2018.  
BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.



GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 103-122, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/563>. Acesso em: 10 dez. 2023

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. 1994. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia da Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. **Temas em Debate**, São Paulo, n. 73, p. 59-66, maio 1990. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1097>. Acesso em: 11 set. 2023.